

CONSTRUINDO UMA ESCOLA PARA TODOS: O PAPEL DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA INCLUSÃO ESCOLAR

BUILDING A SCHOOL FOR ALL: THE ROLE OF DEMOCRATIC MANAGEMENT IN SCHOOL INCLUSION

Recebido em: 12/03/2024

Aceito em: 30/05/2024

Publicado em: 07/06/2024

Priscilla Pinzetta¹ 

Universidade Cidade de São Paulo

Natasha Lima Medeiros Ferreira² 

Universidade Cidade de São Paulo

Rafael Lima Medeiros Ferreira³ 

Universidade Federal do Amazonas

Roberto Gimenez⁴ 

Universidade Cidade de São Paulo

Resumo: A gestão democrática na educação desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão de alunos com deficiência. Historicamente, a educação de pessoas com deficiência enfrentou diversos desafios, desde a segregação até a marginalização. No entanto, ao longo do tempo, a perspectiva da inclusão escolar ganhou força, e a gestão democrática tornou-se uma parte essencial desse processo. As políticas e legislações foram implementadas para garantir que os estudantes com deficiência tenham acesso a uma educação de qualidade em escolas regulares. Essa abordagem visa não apenas à igualdade de oportunidades, mas também ao pleno desenvolvimento do potencial de cada aluno, independentemente de suas diferenças. A pesquisa nesse campo visa compreender as melhores práticas e os desafios enfrentados na promoção da inclusão. Ao aprimorar o perfil da gestão democrática, podemos construir um sistema educacional mais inclusivo e igualitário, onde todos os alunos tenham a possibilidade de contribuir para a sociedade de maneira significativa.

Palavras-chave: Inclusão; Gestão Democrática; Deficiência.

Abstract: Democratic management in education plays a fundamental role in promoting the inclusion of students with disabilities. Historically, the education of people with disabilities has faced numerous challenges, from segregation to marginalization. However, over time, the perspective of school inclusion gained strength, and democratic management became an essential part of this process. Policies and legislation have been implemented to ensure that students with disabilities have access to quality education in regular schools. This approach aims not only at equal opportunities, but also at the full development of each student's potential, regardless of their differences. Research in this field aims to understand best practices and the challenges faced in promoting

¹ Gestora Escolar na Secretaria Municipal de Educação de Diadema-SP. Pedagoga com habilitação em Deficiência Visual, Mestra em Educação. Doutoranda em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo, bolsista CAPES. E-mail: priscilla_pinzetta@hotmail.com

² Bibliotecária, Pedagoga, Mestra em Educação. Doutoranda em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo, bolsista CAPES. E-mail: medeirosnatasha1@gmail.com

³ Bibliotecário-Documentalista na Universidade Federal do Amazonas. Pedagogo, Mestre em Políticas Públicas, Doutor em Educação. E-mail: faelmedeiros.br@gmail.com

⁴ Coordenador e Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Cidade de São Paulo. Bacharel, Licenciado, Mestre e Doutor em Educação Física (USP). E-mail: roberto.gimenez@unicid.edu.br

inclusion. By improving the profile of democratic management, we can build a more inclusive and egalitarian educational system, where all students have the possibility to contribute to society in a meaningful way.

Keyword: Inclusion; Democratic management; Deficiency.

INTRODUÇÃO

A gestão democrática na educação é um conceito fundamental que desempenha um papel crucial na promoção da inclusão de alunos com deficiência. A inclusão educacional busca proporcionar igualdade de oportunidades para todos os alunos, independentemente de suas diferenças individuais, assegurando-lhes acesso a uma educação de qualidade. A gestão democrática na educação envolve a participação ativa de todos os envolvidos no processo educacional, incluindo alunos, pais, professores, funcionários e a comunidade em geral. Ela se fundamenta na transparência, tomada de decisões compartilhadas e na valorização das diversas perspectivas e experiências (FERNANDES; ALMEIDA, 2019).

Quando se trata da inclusão de alunos com deficiência, o perfil da gestão democrática é de extrema importância. Ele desempenha um papel central na garantia de que esses alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e que suas necessidades individuais sejam atendidas de maneira adequada. A participação ativa de todas as partes interessadas na concepção e implementação de práticas inclusivas, na disponibilização de recursos e adaptações necessários, e na promoção de um ambiente educacional que celebre a diversidade e fomente o respeito (GIMENEZ, 2022).

Nesse contexto, esta introdução realça a importância do perfil da gestão democrática na promoção da inclusão de alunos com deficiência na educação. Ela enfatiza a participação de todas as partes interessadas na construção de um ambiente educacional inclusivo, o que é essencial para a construção de uma sociedade mais igualitária, onde todos os alunos tenham a oportunidade de alcançar seu potencial máximo (MANZINI; MACHADO, 2012).

A gestão democrática na educação e o processo de atendimento de pessoas com deficiência têm uma conexão histórica intrincada, representando uma progressão notável ao longo do tempo. A gestão democrática na educação tem desempenhado um papel essencial na busca por uma educação equitativa e de qualidade, que inclui a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas diferenças, como aqueles com deficiência (STAINBACK; STAINBACK, 1999).

Antes da década de 1950, a educação de pessoas com deficiência frequentemente carecia de atenção e recursos significativos. Nesse período, a maioria das sociedades adotava abordagens segregacionistas, em que pessoas com deficiência eram muitas vezes excluídas da

pagina 4 de 10

DOI: <https://doi.org/10.56579/rei.v6i1.660>



educação convencional. Elas eram encaminhadas para instituições especializadas, onde o acesso a uma educação de qualidade era limitado. A gestão democrática na educação era praticamente inexistente nesse contexto, com a tomada de decisões educacionais sendo centralizada e não envolvendo ativamente pais, professores, alunos ou a comunidade. Essa falta de participação democrática frequentemente perpetuava a exclusão de alunos com deficiência (VIEIRA, 2022).

Conforme o século avançava, e à medida que o entendimento sobre a inclusão e os direitos das pessoas com deficiência progrediam, começaram a surgir movimentos e iniciativas que buscavam reformar o sistema educacional. Esse período viu os primeiros indícios de mudança em direção à inclusão, com um crescente reconhecimento da importância de abordagens mais igualitárias e de políticas que visassem à educação de todos os alunos (GIMENEZ, 2022).

Uma transformação fundamental aconteceu nas últimas décadas do século XX com a adoção do conceito de inclusão, suas origens podem ser rastreadas até as filosofias de pensadores ilustres, como John Locke e Jean-Jacques Rousseau, que enfatizaram a importância da participação, autonomia e liberdade na educação. No início do século XX, o movimento da Escola Nova promoveu abordagens progressistas na educação, realçando a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem e influenciando o fomento da inclusão (FARAH; RENDERS, 2023).

Entretanto, a inclusão de pessoas com deficiência na educação enfrentou desafios históricos, uma vez que essas pessoas eram frequentemente marginalizadas na sociedade, com acesso limitado à educação e à participação social. Atitudes discriminatórias prevaleciam, levando à segregação desses indivíduos.

Uma transformação fundamental aconteceu nas últimas décadas do século XX com a adoção do conceito de inclusão. A Declaração de Salamanca, em 1994, e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, em 2006, desempenharam papéis centrais nesse processo. Esses documentos destacaram a necessidade de educação inclusiva e igualdade de direitos para pessoas com deficiência.

Isso motivou muitos países a desenvolver políticas e leis para garantir o acesso de alunos com deficiência à educação em escolas regulares. Isso incluiu a criação de ambientes educacionais acessíveis, a oferta de apoio individualizado e a capacitação de professores.

No entanto, permanecem desafios a serem enfrentados, como a necessidade de recursos adequados, a transformação de atitudes na sociedade e a garantia de que a inclusão seja eficaz. A gestão democrática na educação desempenha um papel crucial nesse processo, promovendo a participação de todas as partes interessadas, incluindo pessoas com deficiência, na tomada de decisões relacionadas à educação, assegurando que suas necessidades sejam atendidas e que haja um compromisso com a igualdade de oportunidades para todos. Essa evolução histórica destaca a importância da gestão democrática na promoção da inclusão de alunos com deficiência na educação (CARVALHO, 2020).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se classifica na categoria qualitativa, bibliográfica e documental, adotando uma abordagem descritiva. A pesquisa qualitativa é caracterizada pela ausência de instrumentos estatísticos na análise de dados, concentrando-se na compreensão, descrição e explicação de fenômenos sociais por meio da análise de experiências individuais ou coletivas (VIEIRA; ZOUAIN, 2016).

A metodologia qualitativa compreende um conjunto de técnicas e procedimentos de pesquisa utilizados para explorar e descrever fenômenos complexos e subjetivos, como crenças, valores, atitudes e comportamentos. Essa abordagem se baseia na coleta de dados não estruturados, como entrevistas, observações e análise de documentos, seguida pela interpretação desses dados para identificar padrões, significados e relações (FONSECA, 2012).

A teoria da complexidade de Edgar Morin proporciona uma abordagem integral para a compreensão da inclusão educacional, realçando a necessidade de analisar todos os elementos inter-relacionados desse processo. Morin argumenta que uma visão holística, que leve em consideração a interação entre vários fatores, é essencial para compreender a complexidade inerente à inclusão (MORIN, 2010).

As técnicas empregadas nessa abordagem concentram-se nas experiências das pessoas e na atribuição de significado a eventos, processos e estruturas inseridas no contexto social. Por outro lado, a pesquisa bibliográfica é fundamentada em materiais previamente publicados. Enquanto isso, a pesquisa documental utiliza dados igualmente já publicados e pode ser conduzida por meio de revisões de teorias previamente analisadas e divulgadas (FLICK, 2019).

A pesquisa será conduzida na Escola Municipal de Educação Básica Rachel de Queiroz, localizada na cidade de Diadema. A escola atende a uma comunidade diversificada e é

composta por um total de 323 estudantes. Destes, 16 são estudantes com deficiência no ensino fundamental e 7 na EJA, o que destaca a importância de investigar a gestão democrática para a inclusão de estudantes nesta unidade educacional.

É relevante observar que a EMEB Rachel de Queiroz desempenha um papel vital na educação da comunidade, atendendo especificamente aos filhos de trabalhadores de baixa renda. Ressalta-se que, no município de Diadema, os diretores da escola são eleitos pela própria comunidade, o que demonstra um compromisso com a gestão democrática e a participação ativa dos envolvidos no processo educacional.

Essas informações contextuais sobre a escola fornecem um plano de fundo importante para a pesquisa, pois ajudam a entender as especificidades do ambiente educacional e a importância da gestão democrática na inclusão de estudantes com deficiência em uma comunidade diversa e de baixa renda.

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO

A Gestão Democrática na Educação é um conceito fundamental que se concentra na participação, envolvimento e tomada de decisões compartilhadas dentro do sistema educacional. Envolve a ideia de que as escolas e instituições de ensino devem ser administradas de forma a incluir as vozes e perspectivas de diversos atores, como professores, pais, alunos e a comunidade local, buscando garantir que todas as partes interessadas na educação tenham a oportunidade de participar ativamente na definição de políticas, tomada de decisões e avaliação de práticas educacionais.

A transparência é um elemento-chave da gestão democrática. As decisões e políticas educacionais devem ser comunicadas de maneira aberta e compreensível. Além disso, a prestação de contas garante que as instituições educacionais sejam responsáveis perante a comunidade e órgãos reguladores. A implementação da gestão democrática pode ser desafiadora devido a diferentes interesses e opiniões. No entanto, superar esses desafios é fundamental para garantir que as políticas e práticas educacionais atendam às necessidades da comunidade e dos alunos.

Ao promover a inclusão de todos os membros da comunidade escolar, a gestão participativa não apenas fortalece os laços de solidariedade e cooperação, mas também cria condições para o desenvolvimento integral e o bem-estar de todos, sendo essencial para criar

uma escola mais inclusiva, democrática e comprometida com a formação integral de seus alunos (CANDAU, 2000).

A Gestão Democrática contribui para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas, que levam em consideração as características individuais de cada aluno e oferecem suporte personalizado para garantir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade. Ao promover a igualdade de oportunidades e a participação ativa de todos os envolvidos no processo educativo, a gestão democrática fortalece os vínculos entre a escola e a comunidade criando condições para o desenvolvimento integral e sucesso acadêmico de todos os alunos (LIBÂNEO, 2019).

Além disso, ela valoriza a diversidade em todas as suas formas. Isso inclui a aceitação e valorização das diferentes culturas, origens étnicas, crenças religiosas, habilidades e necessidades individuais dos alunos. As decisões educacionais são frequentemente tomadas de maneira colegiada, envolvendo grupos de interesse e órgãos colegiados, como conselhos escolares. Isso promove a inclusão de diferentes perspectivas e contribui para a qualidade e eficácia das políticas.

A gestão participativa contribui para a construção de relações mais horizontais e igualitárias dentro da escola, onde todos se sentem parte ativa do processo educativo e responsáveis pelo seu sucesso. Isso promove um sentimento de pertencimento e engajamento por parte dos alunos, que se tornam mais motivados e envolvidos em sua própria aprendizagem (CANDAU, 2000).

A Gestão Democrática na Educação é vista como um meio de promover a equidade, a qualidade e a responsabilidade no sistema educacional. Ela se baseia em princípios democráticos que buscam garantir que a educação seja um direito acessível a todos, independentemente de sua origem ou condição, e que as decisões educacionais sejam tomadas de maneira justa e transparente.

DESAFIOS CONTÍNUOS NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

A inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares é um avanço significativo na busca por uma educação mais equitativa e diversificada. No entanto, essa jornada enfrenta desafios contínuos que exigem atenção e esforço constante. Um dos desafios mais prementes é a necessidade de mudar atitudes e aumentar a conscientização. Superar estereótipos e preconceitos é essencial para criar um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo. Isso requer

a promoção de uma cultura que valorize a diversidade e reconheça o potencial de cada aluno, independentemente de suas diferenças (FERNANDES; ALMEIDA, 2019).

Alguns desafios especiais podem ser apontados no que diz respeito à inclusão de crianças e jovens com deficiência. Entre eles, vale ressaltar que as instituições têm superado as dificuldades de adaptação a outros paradigmas, como passar de um modelo de intervenção baseado em conceitos de integração para um modelo de intervenção baseado em valores e parâmetros inclusivos, ou mesmo de um modelo de intervenção apoiado por uma abordagem médica para uma intervenção social (GIMENEZ, 2022).

A presença de alunos com necessidades especiais faz com que cada vez mais a escola necessita uma preparação mais efetiva para conseguir dar conta dessa demanda. Diante disso, torna-se necessário pensar e mudar muitos paradigmas educacionais, incluindo as metodologias adotadas, a gestão democrática na escola, a formação do professor e as práticas evidenciadas em sala de aula (SOUZA; BARBOSA, 2015).

Já para Roldão (2003) a escola pode se tornar um ambiente inclusivo, desde que os profissionais da educação, que nela atuam tenham a conscientização do seu papel nesse contexto. Para tanto, expõe que a busca pelo seu aperfeiçoamento garante uma diferenciação curricular, a qual realmente leva em consideração a diversidade cultural, social e física e através dessa possibilita a adoção das mais variadas metodologias que contemplam e dão resposta satisfatória ao processo inclusivo, respeitando as diferenças e os ritmos de cada aluno no seu próprio processo de aprendizagem.

O princípio norteador é que todos aprendam, cada um a seu modo, em tempos e ritmos diferentes. Todos têm o direito de aprender, a escola tem o dever de ensinar e os professores têm o desafio de ensinar bem, para que todos aprendam (MANTOAN, 2016, p 25).

No contexto brasileiro, a busca pela inclusão das pessoas com deficiência enfrenta uma série de desafios contínuos que exigem atenção e esforços constantes. Um dos principais desafios é a falta de estrutura e recursos adequados nas escolas para atender as necessidades individuais. Muitas escolas ainda não estão preparadas para oferecer um ambiente inclusivo, com acessibilidade física.

A ausência de acessibilidade física nas escolas representa um dos principais desafios para a inclusão efetiva de alunos com deficiência, pois sem ambientes adaptados, torna-se difícil

assegurar que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades para participar plenamente das atividades escolares (MANTOAN, 2016).

A acessibilidade física e tecnológica nas escolas é crucial. Tecnologias e mudanças são essenciais para garantir que os alunos com deficiência possam participar plenamente das atividades escolares. O apoio individualizado é outro desafio importante. Muitos alunos com deficiência necessitam de assistência adicional, como auxiliares de sala, intérpretes de língua de sinais ou tecnologia assistiva. Garantir que esses recursos estejam disponíveis é fundamental.

A capacitação docente desempenha um papel crítico na inclusão. Os educadores precisam de formação inicial e continuada para atender às necessidades variadas dos alunos com deficiência, adaptando plano seu ensino.

A formação de professores possui uma função essencial na promoção da inclusão educacional, ao capacitar os educadores de maneira eficaz às diversas necessidades dos alunos. Uma formação abrangente e adaptativa é essencial para criar ambientes escolares inclusivos, onde todos os alunos se sintam valorizados e apoiados em seu processo de aprendizagem. Ao fornecer aos professores as ferramentas e estratégias necessárias para diferenciar o ensino e oferecer suporte personalizado, a formação adequada não apenas melhora o desempenho acadêmico dos alunos, mas também promove uma cultura escolar que celebra a diversidade e a equidade (TOMLINSON; BRIGHTON; CALLAHAN; HERBERT, 2003).

Sadalla (1997) contribui ao discorrer sobre a formação do professor que atua na e Educação especial e Inclusiva. Para o autor, não basta a presença desse profissional nos cursos que objetivam a mudança das práticas educativas. É necessário que essa formação seja contínua. Nesse ponto, destacamos a importância da formação continuada, enquanto uma autoformação, a qual capacitando o profissional e instrumentalizando o mesmo para o seu aprimoramento, seja com o uso de técnicas mais adequadas, práticas que realmente visam a inclusão de todos os educandos.

Souza (2005), portanto, reforça a necessidade da prática pedagógica dentro da perspectiva da inclusão deixar de focar na deficiência do aluno. Ou seja, deixar de focalizar as limitações, dificuldades e inadequações desse aluno. No entanto, reforça que a prática pedagógica deve se focalizar nas possibilidades garantidas ao aluno, a partir das adaptações curriculares. Ou seja, focalizar na aprendizagem que, a partir de condições adequadas que foram oferecidas ao aluno, aquilo que ele conseguiu aprender. Outro sim, a inclusão perpassa todos

os níveis da educação, mas sim o auxílio adequado para que esse alcance os níveis mais elevados desejados.

A adaptação curricular é outro desafio, pois os currículos e atividades de ensino devem ser adaptados para atender às necessidades individuais dos alunos com deficiência. Isso requer planejamento cuidadoso e criatividade por parte dos educadores.

Essa adequação é fundamental para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas habilidades, dificuldades ou características individuais. Através dela, é possível modificar e ajustar o currículo, os métodos de ensino, os materiais didáticos e as estratégias de avaliação, promovendo assim uma educação inclusiva e equitativa (PRIETO, 2012).

As ações governamentais que apoiam a inclusão de alunos com deficiência podem variar significativamente entre países e regiões, o que torna desafiante a busca por uma abordagem consistente e abrangente. Enfrentar esses desafios exige um esforço contínuo e colaborativo de todos os envolvidos na educação. A inclusão de alunos com deficiência é um objetivo nobre e alcançável, mas requer dedicação e trabalho conjunto para superar os obstáculos que surgem no caminho.

As políticas educacionais públicas não apenas estabelecem diretrizes e estratégias para a inclusão escolar, mas também refletem os valores e compromissos de uma sociedade em relação à igualdade de oportunidades e ao respeito à diversidade. Assim, a importância dessas políticas vai além do âmbito educacional, influenciando diretamente a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática (MANTOAN, 2016).

Os desafios contínuos na inclusão de alunos com deficiência incluem a necessidade de promover um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo, onde todos os alunos se sintam bem-vindos e capacitados a participar plenamente. Isso implica em superar barreiras físicas, sociais e atitudinais que ainda persistem nas escolas. Além disso, é crucial oferecer suporte adequado aos professores, capacitando-os para atender às necessidades diversificadas dos alunos com deficiência, adaptando o currículo, os métodos de ensino e os recursos de aprendizagem de forma a garantir a efetiva inclusão.

Outro desafio é garantir o acesso a tecnologias assistivas e recursos de apoio, bem como promover a sensibilização e a conscientização de toda a comunidade escolar sobre a importância e os benefícios da inclusão. Ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar

uma educação verdadeiramente inclusiva e igualitária para todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou condições (MAZZOTA, 2005).

POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A promoção de uma educação inclusiva e a implementação da gestão democrática na inclusão de alunos com deficiência exigem um conjunto abrangente de políticas. Essas políticas desempenham um papel crucial na criação de um ambiente que valorize a diversidade, promova a igualdade de oportunidades e atenda às necessidades individuais dos alunos (PARO, 2019).

Isso inclui a criação de políticas de acessibilidade física, a alocação de recursos financeiros adequados, a formação de professores, a adaptação curricular e o apoio individualizado. Além disso, a parceria com as famílias, a promoção da mudança de atitudes e a conscientização, a avaliação sensível e justa, o monitoramento eficaz e a pesquisa contínua são componentes essenciais (FERNANDES; ALMEIDA, 2019).

Essas políticas não apenas garantem a inclusão de alunos com deficiência, mas também promovem uma sociedade mais justa e igualitária. Elas refletem o compromisso de criar um ambiente onde todos os alunos possam desenvolver plenamente seu potencial, independentemente de suas diferenças. A gestão democrática na educação desempenha um papel fundamental na formulação e implementação dessas políticas, assegurando que todas as partes interessadas tenham voz e participem ativamente no processo (FERNANDES; ALMEIDA, 2019).

A implementação de políticas para a Educação Inclusiva requer uma abordagem integrada com a gestão democrática, reconhecendo-a como um pilar crucial para o sucesso desse processo. A gestão democrática na educação significa envolver ativamente diversos participantes, como gestores escolares, professores, alunos, pais e membros da comunidade, nas decisões e práticas educacionais (THURLER, 2022).

A gestão escolar democrática desempenha um papel muito importante nesta função formativa e coercitiva que caracteriza o comportamento docente das escolas. Na medida em que se identifica com os princípios da transformação social, a gestão busca resolver as contradições existentes dentro e fora da escola, comprometendo-se com as necessidades de adaptações mediante os alunos com deficiência (DRABACH; SOUZA, 2014).

Dessa maneira, a gestão escolar democrática é imprescindível para avaliar a prática, as metodologias utilizadas, as necessidades de adequações de conteúdo, de espaços físicos, de

organização de horários, a fim de averiguar os reais efeitos da inclusão de todos os alunos com diferentes deficiências, visando a qualidade, a inclusão e a permanência desse aluno na escola. Dessa maneira, são concebidas que todas as escolas, devem ser por princípio e por lei adaptadas e preparadas para uma educação inclusiva, na busca de proporcionar uma educação efetiva para todos os alunos, independentemente das diferenças existentes.

Em um contexto de gestão democrática, a participação de todos é essencial para criar um ambiente inclusivo. Decisões relacionadas à implementação de práticas inclusivas devem ser tomadas de forma coletiva, considerando as necessidades específicas de cada comunidade escolar. A transparência nas ações da instituição educacional é promovida, com comunicação aberta e clara, assegurando que todos compreendam e estejam envolvidos nas iniciativas de inclusão.

A gestão democrática também contribui para o desenvolvimento de políticas inclusivas, permitindo a identificação de necessidades específicas de alunos com deficiência e a implementação de estratégias eficazes para atendê-las. A formação continuada de professores, gestores e demais membros da comunidade escolar é incentivada, garantindo a implementação efetiva de práticas inclusivas e a preparação para lidar com a diversidade (MANTOAN, 2022).

A avaliação participativa é outro aspecto importante, envolvendo a comunidade escolar na avaliação constante das políticas de inclusão. Essa abordagem permite ajustes e melhorias contínuas, garantindo que as práticas inclusivas atendam às necessidades emergentes. Ao integrar a gestão democrática nas políticas para a Educação Inclusiva, cria-se um ambiente educacional mais responsivo, participativo e adaptável, proporcionando condições para o pleno desenvolvimento acadêmico e social de todos os alunos, independentemente de suas diferenças.

O Brasil possui uma vasta legislação que defende o direito a inclusão, a Constituição Federal de 1988, que preconiza a educação como direito de todas as pessoas e obrigação do Estado e da família, a ser promovida e incentivada com a cooperação da sociedade, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento integral das pessoas e preparar para o exercício da cidadania e da qualificação profissional; o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), através da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, estabelece a garantia da não discriminação por motivo de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, nacionalidade ou cor, religião ou crença, deficiência, deficiência pessoal status de desenvolvimento, aprendizagem, condições econômicas, ambiente social, região e local de residência ou outras condições que distingam as pessoas, as famílias ou as comunidades em que vivem.

Importante destacar sobre a não discriminação, defendida no ECA no contexto escolar. Dessa forma, ressalta-se a necessidade de condições adequadas para que crianças com diferentes deficiências – sejam de locomoção, visão, audição e/ou deficiências neurocognitivas obtenham condições igualitárias de aprendizagem e desenvolvimento no contexto escolar.

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), outro dispositivo importante quando analisado o contexto da educação inclusiva. De acordo com a respectiva legislação, é dever da escola oferecer educação bilíngue (Libras e Braille), uso de recursos de tecnologia assistiva, acesso do estudante com deficiência em todos os ambientes escolares, como também à jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar entre outros.

A pesquisa de Silva (2023) também aborda questões de acessibilidade a partir da arquitetura das instalações físicas nas escolas. Segundo os autores, levando em consideração a Norma Regulamentadora Brasileira nº 9.050 de 2020, as instituições acadêmicas e escolares são obrigadas a demonstrar acessibilidade em seus prédios, a fim de proporcionar aos alunos com deficiência uma visão de aceitação da educação é corroborada.

A pesquisa de Mieto, Jordão e Benetti (2018) também aborda questões de comunicação. Para facilitar o aprendizado e para que os alunos construam conhecimento para impulsionar a participação e interação na vida social, ele precisa de comunicação. Para alunos com deficiência auditiva e visual, as acomodações são essenciais para que possam compreender e expressar informações por meio de texto falado ou escrito, língua de sinais, números (método Braille) e símbolos (Libras), toque, gestos, expressões corporais, etc. São adaptações que permitem entender e interpretar as emoções e mensagens construídas em seus relacionamentos.

Essas legislações tiveram um impulso também de normatizações internacionais, como à exemplo a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), da qual o país participa, e que estabelece que todo e qualquer ser humano têm direito a uma Educação de qualidade independentemente das suas capacidades ou necessidades visando assim a sua inclusão social na comunidade escolar.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (2009), que no Artigo 26 cita que todos os seres humanos têm direito a escolarização, que deve ser acessível, desde os primeiros anos. Essa acessibilidade não se caracteriza unicamente na matrícula do aluno com deficiência, mas também a sua permanência e garantia da sua escolarização.

Nesse contexto, a gestão democrática, quando exercida adequadamente contribui para a inclusão, pois através da participação de todos nas decisões, as responsabilidades são compartilhadas, a opinião de todos são ouvidas, como também o PPPP (projeto político pedagógico participativo) onde todos os membros da escola (pais, alunos, funcionários, professores) participam e contribuem na tomada das decisões, impactando diretamente nas questões estruturais da escola, a acessibilidade e mobilidade, os recursos adicionais necessários para atender às diferentes deficiências, entre outros.

A relação entre a gestão democrática e a inclusão se estabelece principalmente pela participação de todos os agentes da educação, incluindo a família e a comunidade escolar. Nesse sentido, é importante compreender que, um processo inclusivo deve abranger o todo, sem excluir ninguém da participação das decisões e ações tomadas no contexto escolar. Portanto, quando se fala em inclusão, não se podem considerar apenas os alunos com deficiência, mas devem-se incluir todos, ou seja, inclusão significa considerar o todo (FERREIRA; VICENTE, 2019).

Diante deste contexto a gestão democrática através da participação de todos, traz contribuições reais e positivas, sendo capazes de entender de forma sistemática os conhecimentos sobre a complexidade de cada aluno com deficiência e tem como responsabilidade compreender que a aprendizagem humana necessita de diferentes olhares da escola para os alunos, uma vez que cada indivíduo tem forma diferente agir e adquirir o conhecimento, sendo importantes estratégias diversificadas e com sensibilidade para facilitar a inclusão (LIMA, 2016).

Hoje a gestão escolar precisa estar em sintonia com todo o processo educacional. O gestor não pode mais atuar de forma isolada, pois, diante da educação inclusiva, é necessário adotar uma visão diferenciada e sistêmica sobre o aluno, a família, os recursos disponíveis e as necessidades da escola. Isso inclui adequações no quadro de professores e uma infraestrutura que garanta a mobilidade dos alunos, promovendo o bem-estar de todos na escola. A escola deve ser um local inclusivo onde o processo de ensino e aprendizagem ocorra de maneira efetiva para todos os alunos.

Neste cenário em que se encontra a educação é importante ressaltar a contribuição que gestão escolar democrática traz ao trabalhar com educação inclusiva. Observa-se que muitos alunos carregam uma trajetória de insucesso escolar, sendo a gestão escolar democrática necessária enquanto atuação em várias instâncias da prática educativa entre eles a transmissão

e assimilação de saberes e modos de ação, voltado para a formação humana, pois a inclusão não se limita a dar suporte somente aos alunos que possuem algumas limitações ou deficiência no processo de ensino e aprendizagem, mas apoiar a todos.

É importante ressaltar que para que a gestão escolar democrática se efetive se faz necessário garantir o acesso e a participação de todos, sem exceção e sem discriminação (ABRAMOWICZ; SILVÉRIO, 2015), respeitando, acolhendo e efetivando as contribuições que cada membro da comunidade escolar destaca enquanto primordial para o processo inclusivo. Isso garante que as necessidades e perspectivas de todos sejam consideradas na formulação e implementação de políticas e práticas inclusivas. Uma gestão democrática promove a transparência nas decisões relacionadas à inclusão escolar, garantindo que as políticas e práticas adotadas sejam claras e compreensíveis para todos os membros da comunidade escolar. Além disso, cria mecanismos de prestação de contas, onde as ações da escola podem ser questionadas e avaliadas pelos interessados.

Por fim, a gestão democrática contribui para o desenvolvimento de uma cultura escolar baseada na inclusão, onde o respeito, a colaboração e a aceitação das diferenças são valores fundamentais. Isso cria um ambiente propício para o aprendizado e o desenvolvimento de todos os alunos, independentemente de suas características individuais ou necessidades específicas. Ao envolver os diversos atores da comunidade escolar no processo decisório, a gestão democrática facilita a identificação de desafios e a criação de soluções mais eficazes para promover a inclusão. Isso contribui para a implementação de políticas e práticas inclusivas que atendam às necessidades reais dos alunos e promovam o seu pleno desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a pesquisa está em andamento, é importante ressaltar que os resultados finais ainda não foram obtidos, e que as informações apresentadas são parciais e sujeitas a ajustes à medida que o estudo avança. Essa pesquisa apresenta potencial de inovação e indicar possíveis direções futuras.

É fundamental destacar que a gestão democrática na educação desempenha um papel crucial na promoção da inclusão de alunos com deficiência, garantindo que suas necessidades sejam atendidas e que haja um compromisso com a igualdade de oportunidades para todos. A pesquisa em andamento busca compreender o impacto da gestão escolar eleita sobre a inclusão de alunos com deficiência em escolas de ensino regular.

Além disso, a escolha da Escola Municipal de Educação Básica Rachel de Queiroz como cenário da pesquisa adiciona um elemento relevante ao estudo. Localizada na cidade de Diadema, essa instituição educacional desempenha um papel vital na comunidade, atendendo especificamente aos filhos de trabalhadores de baixa renda. Ressalta-se que, no município de Diadema, os diretores da escola são eleitos pela própria comunidade, evidenciando um compromisso com a gestão democrática e a participação ativa dos envolvidos no processo educacional.

As descobertas têm o potencial de fornecer insights valiosos não apenas para a Escola Rachel de Queiroz, mas também para outras instituições educacionais interessadas em promover uma educação inclusiva e democrática. A análise em andamento busca preencher uma lacuna teórica existente, oferecendo uma compreensão mais aprofundada da gestão democrática como um instrumento para promover ambientes educacionais inclusivos.

No entanto, é importante ressaltar que os resultados apresentados são preliminares e estão sujeitos a ajustes à medida que a pesquisa avança e mais dados são coletados e analisados. Portanto, futuros estudos podem expandir ainda mais nosso entendimento sobre a interseção entre gestão democrática e inclusão educacional de alunos com deficiência, oferecendo insights adicionais para a prática educacional e o desenvolvimento de políticas inclusivas.

Conforme destacado por Vieira (2016, p. 45), "a gestão democrática na educação proporciona um ambiente participativo e inclusivo, onde todas as vozes são ouvidas e valorizadas, contribuindo para a construção de uma comunidade escolar mais coesa e responsável".

O estudo em andamento busca preencher uma lacuna teórica existente, oferecendo uma análise mais aprofundada da gestão democrática como um instrumento para promover ambientes educacionais inclusivos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto (org.). **Afirmando Diferenças: Montando o Quebra-Cabeça da Diversidade na Escola**. Papirus Editora. 2015

BRASIL. **Constituição Federal. 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá**

Página 15 de 18

DOI: <https://doi.org/10.56579/rei.v6i1.660>

outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1999. Recuperado em 23 de dezembro de 2009, de http://www.saude.sc.gov.br/legislacao_sus/leis/lei7853.htm. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm . Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei 9.394/96. Brasília: Senado, 1996.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. MUNICÍPIO DE DIADEMA. Secretaria de Educação. EMEB Rachel de Queiroz. **Projeto Político Pedagógico Participativo.** Diadema, 2023.

CANDAU, V.R. **A Didática em Questão.** Editora Vozes. 2000.

CARVALHO, J. M.; SILVA, M. M.; CARVALHO, L. M. A gestão democrática da educação na perspectiva da inclusão escolar. **Revista Educação Especial**, v. 33, p.132-148. 2020.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. Assembleia Geral das Nações Unidas no dia 6 de dezembro de 2006. Resolução A/61/611. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/siesp/arquivos/pdf.doc>. Acesso em: 21 fev. 2024.

DRABACH, Nadia Pedrotti; SOUZA, Ângelo Ricardo de. Leituras sobre a gestão democrática e o "gerencialismo" na/da educação no Brasil. **Revista Pedagógica**, v. 16, n. 33, p. 221-248, 2014.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais. Espanha: Salamanca, 1994.

FARAH, S.; RENDERS, E. C. C. **Práticas Educativas Inclusivas: aproximações entre o DUA e a Comunicação Alternativa na Escola.** Rio de Janeiro: Educação, Cultura e Comunicação, 2023.

FERNANDES, C. A.; ALMEIDA, S. A. A gestão democrática e a inclusão escolar: desafios e possibilidades. **Revista Educação Especial**, v. 32, p.172-186, 2019.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2012.

GIMENEZ, R. **As concepções e os direitos das pessoas com deficiências: os desafios para ser sujeito da Inclusão.** Parlamento e Sociedade, v. 10, p. 123-136, 2022.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítica- social dos conteúdos. 28. ed. Editora Loyola, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. O sistema de organização e gestão da escola In: LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola** - teoria e prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

MANTOAN, M. T. E. **Educação Inclusiva**: Do Direito à Realidade. São Paulo: Moderna, 2022.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? 2.ed. São Paulo: Moderna, 2016.

MANZINI, E. J.; MACHADO, A. M. **Inclusão escolar**: contextos, práticas e reflexões. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005.

MIETO, Gabriela; JORDÃO, Giselda Benedita; BENETTI, Márcia. Inclusão Educacional: currículo e acessibilidade. **Educação: Saberes e Prática**, v. 7, p. 244-255, 2018.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 15. ed. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2019.

PRIETO, Rosângela Gavioli. **Educação Inclusiva**: Adaptações Curriculares para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Editora Wak, 2012.

ROLDÃO, Maria do Céu Diferenciação curricular e inclusão. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Perspectivas sobre a inclusão**. Da educação à sociedade. Porto: Porto Editora, 2003.

SADALLA, A. M. **Com a palavra a professora**: suas crenças, suas ações. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1997.

SOUZA, Amaralina Miranda et al. **Inclusão: história, conceitos e problematização**. Centro de Formação Continuada de Professores da Universidade de Brasília – CFORM/UnB: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC/SEB, 2005.

SOUZA, Amaralina Miranda de; BARBOSA, Leidyane de Souza. **Práticas pedagógicas inclusivas na sala de aula**: como identificá-las? V Seminário internacional sobre profissionalização docente. PUCPR, 2015.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

THURLER, M. G. **As Competências para Ensinar no Século XXI**: A Formação dos Professores e o Desafio da Avaliação. São Paulo: Artmed, 2022.

TOMLINSON, C. A., BRIGHTON, C. M., CALLAHAN, C., & HERBERT, H. (2003). **Differentiating Instruction** in Response to Student Readiness, Interest, and Learning Profile in Academically Diverse Classrooms: A Review of Literature. *Journal for the Education of the Gifted*, v.27, p. 119-145, 2003.

VIEIRA, P. S. J. Educação inclusiva e formação de professores: o caso de uma escola pública no estado de Goiás. São Paulo: **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasil, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 77–90, 2022. DOI: 10.55892/jrg.v5i10.339.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2016.